

Histórico do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP)

Unidade de Pesquisa (UP) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

O até então Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, como estratégia de expansão do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, inseriu em seu planejamento estratégico (plano plurianual - PPA), referente ao 2008-2011, a criação do Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, com o objetivo de fixação de uma unidade de pesquisa, de caráter nacional, na região da maior planície alagável do planeta, o Pantanal. Essa ação esteve em consonância com a proposta ministerial, à época, de implantação de um instituto de pesquisa sólido para os principais biomas do país: Amazônia (INPA), Mata Atlântica (INMA), Caatinga (INSA) e o Pantanal (INPP), sem desconsiderar, é claro, a abrangência ao Cerrado. A proposta foi materializada na ação orçamentária 10ZU, presente nas LOAs 2009,2010 e 2011. (Relatório de Cumprimento de Objeto do Termo de Execução Descentralizado, celebrado entre o MCTIC e UFMT. 2012).

A partir do conhecimento da proposta empreendida pelo Governo Federal, a comunidade científica pantaneira, composta por pesquisadores de diversas instituições de ensino e pesquisa de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mobilizou-se política e administrativamente para que a medida fosse, de fato, efetivada. Sendo assim, em 20 de julho de 2008, durante a seção de abertura do 8th International Wetlands Conference (8th INTECOL), no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá-MT, o diretor do até então Departamento de Políticas e Programas Temáticos (DEPPT), da antiga Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento (SEPED) do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, anunciou a implantação da sede do então Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, que, posteriormente, por questões técnicas e jurídicas, a sede recebeu nova nomenclatura, passando a se chamar Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal - INPP. (Relatório de Cumprimento de Objeto do Termo de Execução Descentralizado, celebrado entre o MCTIC e UFMT. 2012).

Em 30 de outubro de 2008, o MCT publicou a portaria nº. 802 com o objetivo de criar um Comitê Técnico-Científico com a finalidade de elaborar um plano científico para o conhecimento e o uso sustentável dos recursos naturais do Pantanal que pudesse indicar

mecanismos para o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na região pantaneira. Para essa missão, convidou representantes de várias instituições que possuem tradição na discussão sobre o bioma: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT, Universidade do Estado de Mato Grosso do Sul - UEMS, Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA(Pantanal), Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA, Universidade Federal do Pará - UFPA, Universidade Estadual de Maringá - UEM e o Instituto Max-Planck (Alemanha). O documento produzido, “Plano Científico para o conhecimento e uso sustentável do Pantanal”, serviu como elemento de justificativa para o início do processo legal e regimental da nova unidade, e como diretriz para as ações do futuro instituto, que, após sua implantação, teria a composição de seu comitê técnico-científico oficial, seu plano diretor, seu contrato de gestão e demais instrumentos pertinentes às unidades de pesquisa - UPs do MCTI. (MCTI, 2009).

Com o início do processo de criação definitiva do INPP (envio de projeto lei ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, à Casa Civil e posteriormente ao Congresso Nacional), o MCT, em dezembro de 2008, em parceria com a UFMT, UFMS e com o Governo do Estado de Mato Grosso, firmou um “protocolo de intenções” para o estabelecimento de convergências visando a implantação do até então Centro Nacional de Pesquisa do Pantanal, instituição de pesquisa científica voltada ao desenvolvimento científico e à formação de recursos humanos qualificados. No documento, definiu-se que o MCT proveria recursos, a UFMT cederia um terreno dentro de seu campus, em Cuiabá, para construção da unidade e o Governo do Estado de Mato Grosso financiaria a execução do projeto executivo. A UFMT ficou responsável pela construção da obra.

Representantes da antiga Subsecretaria das Unidades de Pesquisa - SCUP (atual Subsecretária de Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais - SPEO) e da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - SEPED (atual Secretaria de Políticas e Programas Estratégicos - SEPPE) do MCTI visitaram as instalações da UFMT e, juntamente com integrantes da universidade, optaram pelo terreno de 13.535 M², com frente voltada para a Estrada do Moinho e os fundos voltados para o estacionamento do Instituto de Ciências Exatas e da Terra/UFMT. Após a definição do terreno, foi firmado um “Termo de

Cessão de Uso” entre a UFMT e MCTI. O projeto arquitetônico do INPP foi elaborado visando contemplar o que havia de mais atual sob o ponto de vista de economia de energia, de água e de tratamento de resíduos/esgoto, e foi inspirado, no projeto do Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA), unidade de pesquisa mais recente criada pelo MCTI e que foi visitada por engenheiros da UFMT e do ministério em momento anterior ao início das obras. O prédio do INPP foi definitivamente recebido em 02/02/2012, por representantes da UFMT. (Relatório de Cumprimento de Objeto do Termo de Execução Descentralizado, celebrado entre o MCTIC e UFMT. 2012).

Após a finalização e entrega da unidade, em 2012, a UFMT ficou responsável pela manutenção do prédio interinamente. Promovia sua vigilância com um posto armado 24 horas/dia e mantinha o terreno limpo. Porém, solicitou ao MCTI a ocupação do espaço, pois, por limitações orçamentárias, não poderia prover a assistência ao prédio do INPP por longo período. O MCTI definiu o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG, por ter ações vinculadas ao pantanal, se propôs a apoiar a Administração Central. Assim, definiu-se, no regimento interno do Museu Goeldi, a criação do Campus Avançado do Pantanal, como forma de ocupação momentânea da infraestrutura recém-construída pelo MCTI em Cuiabá. (Portaria MCTI No - 594, de 25 de Junho de 2013).

Em 2014, a lei nº 12 954/14 oficializou a criação do instituto em 5 de fevereiro de 2014, com publicação no Diário Oficial de Nº 26, do dia 6 de fevereiro de 2014. Além do INPP, a norma criou o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste - CETENE, o Instituto Nacional de Águas – INA e o Instituto Nacional da Mata Atlântica.

Conforme seu artigo 1º, parágrafo segundo, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal tem por finalidade “integrar e articular ações na região do Pantanal, promover novas iniciativas e propiciar o desenvolvimento de modelos e de bancos de dados para integrar a transferência do conhecimento gerado na região”.

O MCTI publicou o Decreto nº 11.257, de 16 novembro de 2022, em processo de reformulação de sua estrutura organizacional, e promoveu a consolidação do INPP como unidade de pesquisa. Em abril de 2023, o MCTI publicou o Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em

Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança, incluindo o INPP.

Por fim, em maio de 2023, foi publicada a Portaria MCTI nº 6.988, de 08 de maio de 2023, que aprovou o Regimento Interno do Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal.